

PANORAMA DAS

ELEIÇÕES

EUA



BUREAU DE PROGRAMAS DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS
DEPARTAMENTO DE ESTADÓ DOS EUA
<http://usinfo.state.gov/>



INTRODUÇÃO

Eleições livres e justas são a pedra fundamental de qualquer democracia. Elas são essenciais para a transferência pacífica do poder.

Ao escolher seus representantes, os eleitores elegem os líderes que moldarão o futuro da sua sociedade. É por isso que as eleições conferem poder aos cidadãos comuns: elas lhes permitem influenciar o futuro das políticas do governo e, portanto, seu próprio futuro.

Os Estados Unidos são uma democracia representativa desde a ratificação da Constituição do país em 1787 — embora a tradição eleitoral tenha começado no período colonial e tenha suas raízes na história britânica. Este livro discute a natureza do processo eleitoral americano moderno e seu funcionamento nas esferas federal, estadual e local. O processo, complicado e às vezes confuso, evoluiu para garantir o sufrágio universal a todos os homens e mulheres que são cidadãos dos EUA — a partir de 18 anos de idade.

Esquerda: Convenção Republicana de 2000 na Filadélfia

ELEIÇÕES NOS ESTADOS UNIDOS

Nos Estados Unidos, as eleições ocorrem em todos os anos pares para alguns cargos federais e para a maioria dos cargos estaduais e locais. Alguns estados e jurisdições locais realizam eleições em anos ímpares.



Eleitores preenchem formulários antes de votar, San Diego, 2004

Dessa forma, a cada quatro anos os americanos elegem um presidente e um vice-presidente. A cada dois anos, elegem todos os 435 membros da Câmara dos Deputados e aproximadamente um terço dos 100 membros do Senado dos EUA. Os senadores cumprem mandatos de seis anos de modo escalonado.

O país adota um sistema federativo de governo complexo, em que o governo nacional é central, mas os governos estaduais e locais também exercem autoridade sobre assuntos não reservados exclusivamente ao governo federal. O grau de autonomia dos governos estaduais e locais sobre como organizar as eleições em suas jurisdições varia, mas eles mantêm eleições freqüentes, decisivas e bem administradas.

Tipos de eleições nos EUA

Há dois tipos básicos de eleição: primárias e gerais. As eleições primárias são realizadas antes de uma eleição geral para definir os candidatos do partido. Os candidatos vencedores da primária prosseguem para representar o partido na eleição geral (embora possa haver algumas outras etapas antes que o partido lhes dê permissão para fazer disso).

Desde o início do século 20, as primárias têm sido o principal expediente eleitoral para escolha dos candidatos dos partidos. Com raras exceções, a vitória em uma eleição primária resulta na indicação de um candidato por um partido político para a eleição geral. Em alguns



Acima: Pré-candidato presidencial republicano para 2008, Rudolph Giuliani, dá autógrafos em Bluffton, Carolina do Sul. Abaixo: A pré-candidata presidencial democrata (2008), Hillary Clinton, visita simpatizantes em Narberth, Pensilvânia

poucos estados, seja por tradição ou por opção dos partidos políticos, os candidatos são escolhidos em convenções estaduais ou locais, e não em primárias.

Uma vez encerradas as eleições primárias ou as convenções, realiza-se a eleição geral para determinar quem será eleito para assumir o poder. Na eleição geral, os eleitores fazem a escolha final a partir dos candidatos dos partidos listados na cédula eleitoral. A cédula da eleição geral também pode incluir candidatos independentes (não filiados a um partido político importante), que têm seu nome assegurado na cédula por apresentar uma petição com um número específico de assinaturas e não pelo método tradicional das primárias.

Além disso, em alguns estados a cédula pode incluir um espaço para “inscrição” de nomes de candidatos que não foram indicados pelos partidos nem qualificados por petição. Tais candidatos podem ser descritos como “auto-indicados”, e de vez em quando podem vencer a eleição para um cargo público.

Nos Estados Unidos, as eleições podem



O estado de Washington permite aos cidadãos incluir iniciativas na cédula eleitoral desde 1912, se um número suficiente de eleitores assinar uma petição nesse sentido. Na foto, voluntários a favor de uma iniciativa sobre educação abrem e fazem a triagem de petições em Seattle

significar mais do que simplesmente escolher pessoas para um cargo público. Em alguns estados e localidades, assuntos de políticas públicas podem também ser incluídos na cédula para a aprovação ou não dos eleitores. Medidas submetidas aos eleitores pelo Legislativo estadual ou pela Junta ou Câmara local — referendos — e os incluídos na cédula por petição dos cidadãos — iniciativas — referem-se normalmente a questões relacionadas com títulos do governo (aprovação de empréstimos para projetos públicos) e outras imposições ou restrições ao governo. Nas últimas décadas, essas medidas submetidas a plebiscito eleitoral causaram impactos importantes, em particular nos orçamentos e nas políticas estaduais, sobretudo com relação ao sistema educacional no estado da Califórnia.

Além das eleições federais, estaduais e locais realizadas em anos pares, alguns estados e jurisdições locais realizam eleições “extras” em anos ímpares. Muitas jurisdições realizam também eleições especiais, que podem ser programadas a qualquer momento para servir a um fim específico, como preencher uma vaga inesperada em cargo eletivo.

Eleições presidenciais

A cada quatro anos, a eleição geral para presidente dos EUA ocorre na terça-feira seguinte à primeira segunda-feira de novembro. Antes da eleição geral, os estados realizam eleições primárias ou caucuses (assembléias de eleitores) para escolher delegados para as convenções nacionais, nas quais é selecionado



Nas últimas décadas, as convenções nacionais para indicação do candidato presidencial dos republicanos e democratas perderam importância devido à atividade maior das primárias antecipadas. Atualmente, elas servem para apresentar os indicados, como aqui na convenção republicana de 2004 em Nova York

o indicado de cada partido. Essas primárias e caucuses estaduais normalmente ocorrem entre janeiro e junho, seguidas por convenções nacionais em julho, agosto ou setembro.

Desde os anos 1970, os candidatos presidenciais que serão finalmente indicados pelos partidos mais importantes tornam-se conhecidos antes das convenções por acumular a maioria dos delegados antes do encerramento da temporada das primárias e caucuses. Em consequência, as convenções tornaram-se em grande parte eventos cerimoniais. Os destaques das convenções



Duas jovens a postos no Central Park, na cidade de Nova York, tentam motivar democratas registrados em Ohio a votar. Iniciativas de organizações de defesa ou sem fins lucrativos do tipo "caça ao voto" têm papel importante nas eleições dos EUA

incluem o discurso de abertura de um líder ou líderes do partido, o anúncio do vice-presidente do candidato indicado, a declaração dos votos dos delegados por delegação estadual e a ratificação da "plataforma" do partido (documento que declara sua posição sobre as questões). Como eventos políticos televisados e início da campanha para a eleição geral, as convenções são uma oportunidade para promover os indicados do partido e estabelecer as diferenças em relação à oposição.

A porcentagem de eleitores qualificados que comparecem

para votar varia de eleição para eleição, mas o comparecimento de eleitores em geral — mesmo em eleições presidenciais — é menor do que na maioria das demais democracias. Desde 1960, o comparecimento dos eleitores diminuiu de 64% (1960) para pouco acima de 50% (1996), embora tenha aumentado novamente nas duas últimas eleições para pouco mais de 60%. Há vários motivos para o comparecimento relativamente baixo nos Estados Unidos. Diferentemente do que ocorre em algumas outras democracias, nos Estados Unidos o eleitor precisa se auto-registrar para qualificar-se a votar, processo que varia bastante de um estado para outro. Outra explicação é o fato de a votação ser voluntária, não compulsória, como ocorre em alguns países. Devido ao alto número de eleições necessárias para preencher cerca de mais de um milhão de cargos eletivos em todo o país, também é possível que o cansaço do eleitor contribua para diminuir o comparecimento..

As estatísticas indicam que o comparecimento pode cair quando o público está satisfeito com a situação política ou quando as pesquisas de opinião apontam para a vitória inevitável de um candidato. Em contrapartida, o comparecimento pode aumentar quando a disputa entre candidatos é considerada muito equilibrada ou quando questões polêmicas estão incluídas na cédula.

Requisitos dos candidatos

Cada cargo eletivo federal tem requisitos diferentes, expostos nos Artigos I e II da Constituição dos EUA. Um candidato a



Três homens que esperam vencer a indicação republicana para candidato à Presidência em 2008 (da esquerda para a direita): Rudolph Giuliani, Mitt Romney e John McCain posam antes de debate a ser transmitido pela televisão para todo o país. Embora as eleições primárias dos partidos ocorram separadamente em cada estado, debates nacionais influenciam os eleitores em todas as primárias estaduais

presidente, por exemplo, precisa ter nascido nos Estados Unidos, ter no mínimo 35 anos de idade e residir no país há pelo menos 14 anos. Um vice-presidente deve obedecer às mesmas qualificações. Pela Décima Segunda Emenda da Constituição dos EUA, o vice-presidente não pode ser do mesmo estado do presidente. Os candidatos para a Câmara dos Deputados precisam ter no mínimo 25 anos, ser cidadãos dos EUA no mínimo há sete anos e residentes legais do estado que procuram representar no Congresso. Os candidatos ao Senado dos EUA devem ter no mínimo 30 anos, ser cidadãos dos EUA há pelo menos nove anos e residentes legais do estado que desejam representar. Os que buscam cargo

estadual ou local devem obedecer aos requisitos estabelecidos por essas jurisdições.

A Vigésima Segunda Emenda da Constituição dos EUA, ratificada em 1951, proíbe que alguém seja eleito presidente dos Estados Unidos mais de duas vezes. No entanto, a Constituição não impõe nenhum limite de mandato a deputados e senadores no Congresso, embora diversos grupos políticos tenham feito lobby durante anos para estabelecer limites. Os limites de mandato, quando existem, aplicados a autoridades estaduais e locais, são expressos nas constituições estaduais e portarias locais.

O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Quando os fundadores da República Americana redigiram e ratificaram a Constituição dos EUA em 1787, não previram um papel para os partidos políticos. Na verdade, deliberaram sobre várias disposições constitucionais — como a separação dos poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário; o federalismo; e a eleição indireta para presidente por um Colégio Eleitoral (veja abaixo) — para preservar a nova república contra partidos e facções.

Não obstante as intenções dos fundadores, em 1800 os Estados Unidos tornaram-se a primeira nação a desenvolver partidos políticos embrionários, organizados em bases nacionais, para realizar a transferência do poder executivo de uma facção para outra por meio de eleições. O desenvolvimento e a expansão dos partidos políticos que se verificou a seguir estiveram



Convenções para indicação de candidato são uma antiga tradição política nos EUA. No alto, delegados na convenção do Partido Republicano, Chicago, 1868. Abaixo, Convenção Nacional do Partido Democrata, Cincinnati, 1880

cada vez maiores da população adulta à medida que as restrições com base em propriedade, raça e sexo eram eliminadas. Com a ampliação do eleitorado, os partidos políticos se desenvolveram para mobilizar a crescente massa de eleitores como meio de controle político. Os partidos políticos foram institucionalizados para realizar essa tarefa essencial. Assim, os partidos surgiram nos Estados Unidos como parte da expansão democrática e, com início nos anos 1830, tornaram-se solidamente estabelecidos e poderosos.

estritamente relacionados com a ampliação do direito ao voto. Nos primórdios da república, somente os homens com posses podiam votar, mas essa restrição começou a ruir no início do século 19 em consequência da imigração, do crescimento das cidades e de outras forças democráticas, como a expansão do país para o oeste. Durante décadas, o direito ao voto foi se estendendo a grupos

Atualmente, os partidos Republicano e Democrata — ambos herdeiros de seus antecessores dos séculos 18 e 19 — dominam o processo político. Com raras exceções, os dois principais partidos controlam a Presidência, o Congresso, os governos e os legislativos estaduais. Por exemplo, desde 1852 todos os presidentes eram ou democratas ou republicanos, e no período Pós-Segunda Guerra Mundial, a participação dos dois maiores partidos na votação popular para presidente foi em média de 95%. Raramente um dos 50 estados elege um governador que não seja ou democrata ou republicano. A quantidade de membros independentes ou de um terceiro partido no Congresso ou nos legislativos estaduais é extremamente baixa.

Nas últimas décadas, um número cada vez maior de pessoas se autocalifica como “independente” e tem permissão para se registrar e votar nessa condição em muitos estados. Além disso, segundo as pesquisas de opinião pública, mesmo aqueles que se dizem independentes, em geral, demonstram preferência por um ou outro partido.

Exceção a essa regra geral pode-se constatar em âmbito local, especialmente nas cidades pequenas, onde os candidatos não são obrigados a declarar nenhuma filiação partidária ou podem competir fazendo parte de uma chapa eleitoral de candidatos com idéias semelhantes sob a bandeira de uma iniciativa local específica — como a recuperação do centro da cidade ou a construção de uma escola.

Embora os dois maiores partidos organizem e dominem o governo nas esferas nacional, estadual e local, eles tendem a



Membros do 109^o Congresso fazem seu juramento de posse na Câmara, no Capitólio, em 2005

ser menos programáticos e coesos ideologicamente do que os partidos em outras democracias. A capacidade de os principais partidos se adaptarem ao desenvolvimento político nacional resultou no domínio pragmático do processo político.

Por que um sistema bipartidário?

Como se observou, republicanos e democratas têm dominado a política eleitoral desde 1860. Esse histórico sem igual de apenas dois partidos monopolizarem continuamente a política eleitoral da nação reflete os aspectos estruturais do sistema político americano, assim como as características especiais dos partidos.

O sistema padrão para eleger legisladores nacionais e

estaduais nos Estados Unidos é o distrital de “representante único”, pelo qual o candidato que recebe a pluralidade dos votos (ou seja, o maior número de votos em qualquer distrito eleitoral) vence a eleição. Embora alguns estados exijam maioria de votos para a eleição, quase todos os candidatos podem ser eleitos com uma simples pluralidade.

Diferentemente dos sistemas proporcionais, comuns em muitas democracias, o sistema distrital de representante único só permite que um único partido vença em determinado distrito. O sistema de representante único, portanto, incentiva a formação de partidos nacionais com ampla base de apoio e suficientes habilidades de gerenciamento, recursos financeiros e apelo popular para obter pluralidade nos distritos legislativos de todo o país. Nesse sistema, candidatos de partidos menores ou terceiros partidos ficam em desvantagem. Partidos com recursos financeiros e apoio popular mínimos tendem a não conseguir nenhuma representação. Assim, é difícil para novos partidos obter um nível de representação proporcional viável e conquistar expressão nacional, por causa da estrutura de “o vencedor leva tudo” do sistema eleitoral americano. Por que dois em vez de, digamos, três partidos nacionais bem financiados? Em parte por considerar-se que dois partidos oferecem ao eleitor gama suficiente de escolha, em parte porque historicamente os americanos não gostam de extremos políticos e em parte porque os dois partidos são abertos a novas idéias (veja abaixo).



Reunião do Colégio Eleitoral de Nebraska em dezembro de 2004 para apurar os cinco votos destinados ao presidente George W. Bush, em Lincoln, Nebraska

O Colégio Eleitoral

Outro incentivo para a solução de dois partidos é o sistema de Colégio Eleitoral para escolha dos presidentes. De acordo com esse sistema, os americanos tecnicamente não votam diretamente para presidente e vice-presidente. Em vez disso, eles votam em cada estado para um grupo de “eleitores” comprometidos com um ou outro candidato presidencial. O número desses eleitores corresponde ao número da delegação parlamentar de um estado, ou seja, o número de deputados e senadores de um estado. A eleição para presidente exige maioria absoluta dos 538 votos dos 50 estados no Colégio Eleitoral. (Esse número inclui três votos da

capital nacional, Washington, e do Distrito de Colúmbia, que não é estado e não tem representação eleita no Congresso.)

A exigência de maioria absoluta torna extremamente difícil a um candidato de terceiro partido chegar à Presidência, porque os votos de um estado no Colégio Eleitoral

são alocados segundo o sistema de o vencedor leva tudo (com duas exceções). Assim, seja qual for o candidato que receba a pluralidade do voto popular em um estado — ainda que com vitória apertada — ganha todos os votos do estado no Colégio Eleitoral. No Maine e em Nebraska, o vencedor do voto popular no estado ganha dois votos no Colégio Eleitoral e o vencedor em cada distrito congressional obtém um voto. Assim como o sistema distrital de representante único, o funcionamento do Colégio Eleitoral também é desfavorável a terceiros partidos, os quais têm poucas chances de obter os votos do Colégio Eleitoral em qualquer estado, sem falar na vitória em número suficiente de estados para eleger um presidente.

Os fundadores da nação desenvolveram o sistema de Colégio



Na foto, o Colégio Eleitoral do estado de Washington apura seus 11 votos em 2004 destinados ao candidato democrata à presidência, John Kerry

Eleitoral como parte de seu plano de divisão do poder entre estados e governo nacional. No sistema de Colégio Eleitoral, o voto popular para presidente em todo o país não é determinante. Assim, é possível que os votos no Colégio Eleitoral obtidos com base na eleição estadual produzam um resultado diferente do da votação popular no âmbito nacional. Na verdade, já houve 17 eleições presidenciais nas quais o vencedor não recebeu a maioria dos votos populares apurados. A primeira delas foi a eleição de John Quincy Adams em 1824, e a mais recente a de George W. Bush em 2000. Algumas pessoas consideram o sistema de Colégio Eleitoral uma preciosidade arcaica, embora outros observadores o defendam porque ele exige que os candidatos lutem pela eleição em muitos estados e não apenas nos mais populosos.

Outras barreiras aos terceiros partidos

Em virtude da tendência do sistema para criar dois partidos nacionais ao longo do tempo, e com os democratas e os republicanos atualmente no controle da máquina governamental, não surpreende que eles tenham criado outras regras eleitorais que funcionam a seu favor. Por exemplo, qualificar um novo partido para figurar na cédula eleitoral em um estado pode ser uma tarefa árdua e dispendiosa, exigindo freqüentemente petições com dezenas de milhares de assinaturas e capacidade para atrair um “patamar” suficiente de votos nas eleições subsequentes a fim de continuar na cédula.

A singularidade do processo de indicação dos Estados Unidos



Na foto, o colégio eleitoral do estado de Washington apura seus 11 votos em 2004 destinados ao candidato democrata à presidência, John Kerry

é uma barreira estrutural adicional aos terceiros partidos. Entre as democracias do mundo todo os Estados Unidos são a única nação a recorrer às eleições primárias para indicar os candidatos dos partidos à Presidência, ao Congresso e a cargos eletivos estaduais. Como observamos, de acordo com esse modelo de sistema de indicação, em uma eleição primária os eleitores da base partidária escolhem o candidato a ser indicado pelo partido para a eleição geral. Na maioria das nações, as indicações partidárias são controladas pelas organizações partidárias e por seus líderes. Mas nos Estados Unidos, é comum hoje em dia que os eleitores tenham a palavra final sobre quem serão os indicados dos partidos Democrata e Republicano.

Embora esse sistema resulte em organizações partidárias mais fracas do que se observa em muitas democracias, esse processo participativo de indicação tem contribuído para o domínio republicano e democrata da política eleitoral. Ao obter a indicação do partido por meio das eleições primárias, candidatos insurgentes ou reformistas podem trabalhar dentro dos partidos para ter acesso às eleições gerais e, desse modo, aumentar suas chances de conquistar a vitória nas eleições gerais sem precisar organizar terceiros partidos. Assim, o processo de indicação nas primárias tende a canalizar os dissidentes para os dois maiores partidos e, de modo geral, torna-se desnecessário empreender a difícil tarefa de formar um terceiro partido. Além disso, os partidos e seus candidatos tendem a adaptar as estratégias eleitorais com vistas a cooptar a mensagem de candidatos independentes ou de um terceiro partido com grande poder de atração.

Ampla base de apoio

Os partidos Republicano e Democrata buscam ampla base de apoio e costumam captar eleitores em todas as classes econômicas e grupos demográficos. Com exceção dos eleitores afro-americanos e judeus — a grande maioria dos quais em geral vota no candidato à presidência do Partido Democrata — os dois partidos obtêm níveis de apoio significativos de praticamente todos os principais grupos socioeconômicos da sociedade. Os partidos também apresentam flexibilidade no que diz respeito a posições políticas e, normalmente, não mostram adesão rígida



O senador Daniel K. Akaka (D) do Havai (à direita) cumprimenta na maneira tradicional um correligionário na sede de sua campanha em Honolulu

a uma ideologia ou a um conjunto de metas políticas. Ao contrário, eles tradicionalmente têm se preocupado acima de tudo em vencer as eleições e controlar os poderes eletivos do governo.

Em face das suas amplas bases socioeconômicas de

apoio eleitoral e da necessidade de trabalhar numa sociedade, que em termos ideológicos situa-se em sua maioria no centro, os partidos americanos adotaram posições políticas essencialmente centristas. Como ressaltado, eles também apresentam um alto grau de flexibilidade política. Essa abordagem não doutrinária possibilita a republicanos e democratas tolerar uma grande diversidade em seus quadros e tem contribuído para sua capacidade de absorver terceiros partidos e movimentos de protestos quando surgem. Em geral, o Partido Republicano é considerado conservador — com ênfase maior nos direitos de propriedade e na acumulação privada de riqueza, e o Partido Democrata é tido como mais à esquerda, favorecendo políticas sociais e econômicas liberais. Na prática, quando chegam ao poder, os dois partidos tendem a ser pragmáticos.



No sistema federativo estratificado dos EUA, as eleições locais são tão importantes quanto as eleições nacionais para os cidadãos locais. Na foto, o candidato à prefeitura de Houston, Bill White, em apresentação para a mídia

Estruturas partidárias descentralizadas

Além de ideologicamente flexíveis, os dois principais partidos americanos caracterizam-se pela estrutura descentralizada. Uma vez no cargo, um

presidente não pode presumir que os membros de seu partido no Congresso sejam leais defensores de suas iniciativas preferenciais, tampouco os líderes partidários no Congresso esperam que os membros de seu partido votem todos de acordo com a linha partidária. As bancadas democrata e republicana no Congresso (compostas por legisladores titulares) são autônomas, e podem seguir políticas de oposição ao presidente, ainda que o presidente seja do mesmo partido. A arrecadação de fundos de campanha pelos partidos é igualmente separada, já que os comitês de campanha para deputados e senadores operam de forma independente dos comitês partidários nacionais, que são mais voltados para as eleições presidenciais. Além disso, exceto para fins de afirmação de autoridade sobre procedimentos que visam selecionar delegados para as convenções nacionais de indicação de candidato, as organizações partidárias nacionais raramente

interferem nos assuntos partidários dos estados.

Essa fragmentação organizacional é consequência do sistema constitucional de separação de poderes — a divisão de poderes entre Legislativo, Executivo e Judiciário, tanto no âmbito federal quanto estadual. O sistema de divisão de poderes só consegue gerar incentivos limitados para uma unidade partidária entre os legisladores e o chefe do Executivo do mesmo partido. Isso é inteiramente verdadeiro quer se trate dos membros do Congresso com relação a um presidente do mesmo partido, ou do relacionamento semelhante entre legisladores estaduais e governador.

O sistema estratificado de governos federal, estaduais e locais nos Estados Unidos estimula ainda mais a descentralização dos partidos ao criar milhares de bases eleitorais para detentores de cargos públicos nos âmbitos federal, estadual e local. Como observado anteriormente, o uso de eleições primárias para indicar candidatos também enfraquece as organizações partidárias ao negar-lhes competência para controlar a seleção dos indicados do partido. Candidatos individuais, portanto, são incentivados a criar suas próprias organizações de campanha e de correligionários, primeiro para vencer as primárias e depois as eleições gerais.

Cautela pública

Apesar da longa e expressiva evidência de partidarismo organizado no sistema político americano, um componente arraigado na cultura cívica do país é a crescente desconfiança



Blogueiros da internet atualizam seus blogs sobre a Convenção Nacional Democrata em Boston, em 2004. As convenções presidenciais modernas tendem mais para alegres espetáculos de mídia do que para política séria

nos partidos políticos. A adoção e o crescimento do sistema de eleições primárias para indicação de candidatos ao Congresso e aos cargos eletivos estaduais é testemunho de um sentimento populista, ou até mesmo anti-partidário, do público. Os americanos modernos são céticos com relação aos líderes das organizações partidárias exercerem grande poder sobre o governo. As pesquisas de opinião pública revelam constantemente que grandes parcelas da população acreditam que os partidos às vezes mais confundem do que esclarecem as questões — e que seria melhor se não houvesse legendas partidárias nas cédulas eleitorais.

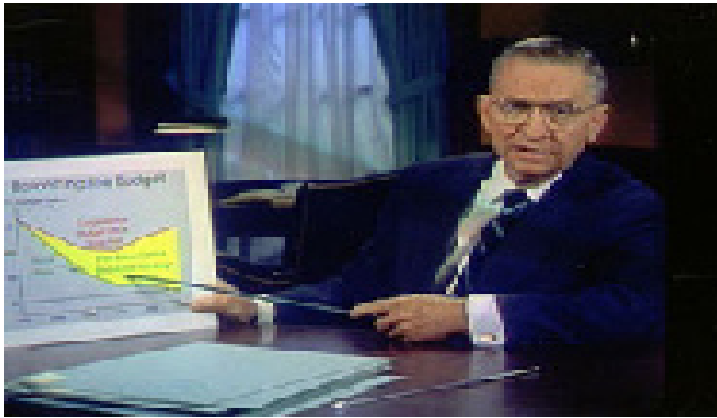
Os partidos, portanto, precisam enfrentar o fato de um número substancial de eleitores dispensar pouca importância à identificação partidária. Um indicador disso é a incidência da chapa dividida. Por exemplo, um eleitor pode votar no candidato indicado por seu partido para presidente e no candidato indicado por outro partido em seu distrito para o Congresso. Assim, numa época de governo dividido, os presidentes freqüentemente se encontram diante da necessidade de governar sem maioria em uma ou nas duas Casas do Congresso. O controle do Executivo e do Legislativo dividido entre os partidos tornou-se característica comum tanto do governo federal quanto do governo dos 50 estados. Alguns observadores acreditam que os eleitores até preferem esse formato, pois isso tende a conter iniciativas governamentais que possam ser inconvenientes para os eleitores.

Terceiros partidos e candidatos independentes

Terceiros partidos e candidatos independentes, apesar dos obstáculos discutidos anteriormente, têm sido uma característica periódica da política americana. Eles em geral levantam problemas sociais que os principais partidos deixaram de enfrentar no primeiro plano do discurso público — e na agenda governamental. A maioria dos terceiros partidos tende a florescer em uma única eleição e depois a acabar, definir ou ser absorvida por um dos partidos principais. Desde os anos 1850, apenas um partido novo, o Partido Republicano, surgiu para assumir a condição de grande partido. Naquele momento, havia uma questão moral imperativa — a escravidão — dividindo a nação. Essa questão forneceu a base para o recrutamento de



Candidatos presidenciais de um terceiro partido surgiram por diversas vezes no século 20. Embora não tenham sido vitoriosos, tiveram influência nas eleições presidenciais. Nesta foto, o ex-presidente Teddy Roosevelt discursa para correligionários do seu próprio partido, "Bull Moose", em 1912



Em 1992, o bilionário texano Ross Perot, preocupado com o déficit do orçamento federal, lançou sua candidatura a presidente por um terceiro partido, apresentando suas idéias pela televisão. Alguns dizem que seu legado foi a eleição de Bill Clinton para presidente

candidatos e para a mobilização de eleitores.

Há comprovações de que os terceiros partidos podem ter grande impacto nos resultados eleitorais. Por exemplo, a candidatura de Theodore Roosevelt por um terceiro partido em 1912 dividiu o voto natural republicano e permitiu a eleição do democrata Woodrow Wilson com menos da maioria do voto popular. Em 1992, a candidatura independente de H. Ross Perot atraiu eleitores que, na maioria, votavam no Partido Republicano nos anos 1980 e, com isso, contribuiu para a derrota do presidente republicano, George H.W. Bush. Na disputa extremamente acirrada de 2000 entre o republicano George W. Bush e o democrata Al

26



Em 2000, o candidato presidencial pelo Partido Verde e ativista social, Ralph Nader, obteve apenas uma pequena fração dos votos. Os partidários de Al Gore acusaram Nader de absorver uma quantidade suficiente dos votos liberais que iriam para Gore, de forma a permitir a eleição de George W. Bush

Gore, é possível que se o candidato do Partido Verde, Ralph Nader, não estivesse concorrendo na Flórida, Gore vencesse as eleições nesse estado e,consequentemente, chegasse a presidência.

As pesquisas de opinião pública desde a década de 1990 têm mostrado de forma sistemática um alto grau de apoio popular à idéia de um terceiro partido. No período preparatório para as eleições de 2000, uma pesquisa do Instituto Gallup constatou que 67% dos americanos eram favoráveis a um terceiro partido forte que apresentasse candidatos a presidente, ao Congresso e a cargos eletivos estaduais em contraposição aos republicanos e democratas indicados. São exatamente esses sentimentos, mais

27

os excessivos gastos de campanha, que permitiram ao bilionário texano Ross Perot obter 19% do voto popular para presidente em 1992, o mais alto percentual obtido por um candidato de terceiro partido desde que Theodore Roosevelt (Partido Progressista) obteve 27% dos votos em 1912.

INDICAÇÕES DE CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA

As regras dos partidos para indicação de candidatos à Presidência não estão previstas na Constituição dos EUA.

Como observado, não havia partidos políticos quando a Constituição foi redigida e ratificada no final do século 18, e os fundadores da república não tinham interesse em proscrever procedimentos para essas entidades.

A partir de 1796, membros do Congresso dos EUA que se identificavam com um dos partidos políticos da época começaram a se reunir informalmente para escolher os candidatos do partido à Presidência e à Vice-Presidência. Esse sistema de seleção de candidatos, conhecido como “King Caucus”, continuou por quase 30 anos. Cessou em 1824, vítima da descentralização do poder na política, que acompanhou a expansão dos Estados Unidos para o oeste.

Por fim, as convenções nacionais para indicação de candidatos substituíram o King Caucus como forma de escolher os indicados dos partidos. Em 1831, o partido “nânico” Antimaçônico reuniu-se em uma taverna na cidade de Baltimore, Maryland, para escolher seus candidatos e redigir uma plataforma de atuação.



George Washington presta juramento de posse como primeiro presidente dos Estados Unidos, em 1789. Embora Washington não confiasse em facções políticas, os partidos populares começaram a crescer durante seu mandato

No ano seguinte, os democratas reuniram-se na mesma taverna para escolher seus indicados. Desde então, os principais partidos e a maioria dos partidos menores realizam convenções nacionais com a participação de delegados estaduais para escolher seus candidatos à Presidência e à Vice-Presidência e firmar suas posições políticas.

O advento da televisão

Durante todo o século 19 e parte do século 20, as convenções para indicação de candidatos presidenciais, embora freqüentadas pelos membros do partido, eram controladas pelos líderes partidários estaduais. Esses “chefes” políticos usaram sua influência para escolher a dedo seus delegados às convenções estaduais — e garantir que eles votassem “corretamente” na convenção nacional do partido. Adversários dos líderes do partido exigiram reformas para permitir que eleitores comuns selecionassem seus delegados à convenção. As eleições primárias foram criadas justamente para isso. Em 1916, mais de metade dos estados realizava eleições primárias presidenciais.

O movimento, no entanto, não durou muito. Logo após o fim

da Primeira Guerra Mundial, os dirigentes partidários, que viam as primárias como uma ameaça ao seu poder, persuadiram os legislativos estaduais a aboli-las, justificando que eram eleições caras e que relativamente poucas pessoas participavam delas. Em 1936, apenas uma dezena de estados continuava a realizar eleições primárias presidenciais.

Mas as pressões democratizantes ressurgiram após a Segunda Guerra Mundial. Pela primeira vez, a televisão proporcionou uma



Após a Segunda Guerra Mundial, a televisão fez das eleições um entretenimento popular. Na foto, membros do partido se reúnem para saber os resultados das eleições na sede republicana em Meridian, Mississippi



Eleições primárias estado por estado (ou às vezes caucuses) tornaram-se o caminho para as indicações presidenciais republicanas e democratas. Na foto, o aspirante republicano à Presidência, Lamar Alexander (no centro, de camisa xadrez), cumprimenta a mídia e os eleitores das primárias de New Hampshire no primeiro trimestre de 1996

mídia pela qual as pessoas podiam agora ver, além de ouvir, as campanhas políticas em casa. Candidatos à Presidência plausíveis podiam usar a exposição na televisão para demonstrar seu apelo popular. As décadas que se seguiram trouxeram de volta reformas democratizantes para ampliar a participação nas convenções de indicação de candidatos dos partidos.

Como conseqüência, a maioria dos estados agora realiza eleições primárias. Dependendo das leis do estado, os eleitores das primárias podem votar para indicação de um candidato presidencial e uma chapa de delegados “comprometidos”,

podem votar para o candidato presidencial com delegados a serem escolhidos depois, de forma a refletir o voto, ou votar indiretamente para um candidato em um caucus (assembléia de eleitores), escolhendo delegados à convenção “comprometidos” com um ou outro indicado. Sob o sistema de caucus, os membros do partido que moram em uma área geográfica relativamente pequena — uma zona eleitoral local — reúnem-se e votam para delegados que se comprometeram a apoiar candidatos específicos para presidente. Esses delegados, por sua vez, representam sua zona eleitoral em uma convenção do condado, que escolhe delegados para participar das convenções congressionais distritais e estaduais. Os delegados a essas convenções, no final, elegem os delegados que representarão o estado na convenção nacional. Embora esse processo se estenda por vários meses, os candidatos preferidos são determinados basicamente na primeira rodada de votação.

O tamanho real de qualquer delegação estadual à convenção nacional de indicação de candidato é calculado com base em uma fórmula estabelecida pelos partidos, que inclui considerações como população do estado, apoio anterior aos candidatos nacionais do partido e número de autoridades e líderes partidários eleitos e atuando no momento em cargos públicos daquele estado. A fórmula que os democratas usam para determinar o número de candidatos tem como resultado convenções nacionais que agregam o dobro dos delegados das convenções dos republicanos.

Como resultado desses movimentos reformistas desde

a Segunda Guerra Mundial, duas tendências importantes se destacam. Primeiro, mais estados adiantaram suas primárias e caucuses presidenciais no calendário visando ao estágio inicial decisivo da temporada de indicações, tendência essa conhecida como “antecipação”. Um estado de primárias ou caucus antecipados permite que seus eleitores exerçam mais influência sobre a escolha final dos indicados. Além disso, a antecipação pode estimular os candidatos a abordar as necessidades e os interesses do estado desde logo, bem como forçá-los a se organizarem dentro do estado, gastando dinheiro com equipe, mídia e hotéis para tentar obter mais cedo uma vitória psicológica decisiva no processo de indicação do partido.

Além disso, em algumas partes do país os estados cooperam uns com os outros para organizar “primárias regionais”, realizando suas primárias e caucuses na mesma data, de modo a maximizar a influência de uma região.

Ambas as tendências forçam os candidatos a antecipar suas campanhas para criar uma base de apoio no número crescente de estados em que as disputas são realizadas mais cedo. Os candidatos também vêm dependendo cada vez mais da mídia de massa — rádio, televisão e internet — bem como do apoio de dirigentes partidários estaduais para ajudá-los a atingir os eleitores nos diversos estados que podem realizar suas primárias no mesmo dia.

Declínio da convenção política

Uma consequência das mudanças no processo de indicação de candidatos à Presidência foi a perda de importância da convenção partidária nacional, em clima de tensão e televisionada, para escolha de candidatos. Atualmente, a indicação do candidato presidencial é de fato determinada pelos eleitores relativamente cedo no processo de eleições primárias. O candidato futuramente vencedor, por sua vez, pode até indicar sua escolha para candidato à Vice-Presidência antes da reunião da convenção. (Candidatos à Vice-Presidência não concorrem para esse cargo nas primárias de forma independente, mas são escolhidos pelo candidato presidencial vencedor no partido).

Dessa forma, o processo de indicação à Presidência continua a evoluir. Nas últimas décadas, essa evolução aumentou a participação, melhorou a representação demográfica e fortaleceu os laços entre o membro comum do partido e os candidatos. O processo, da forma como está constituído atualmente, privilegia os candidatos mais conhecidos, que podem levantar mais recursos, que têm as organizações de campanha mais eficientes e que despertam mais entusiasmo entre os eleitores logo no início da temporada de eleições primárias presidenciais.

A conexão à internet

Os candidatos e seus simpatizantes foram rápidos na adoção da internet como ferramenta de campanha. Ela demonstrou ser uma

forma eficaz e eficiente de angariar recursos de simpatizantes em potencial e de promover as políticas e a experiência do candidato. As organizações de campanha agora mantêm seus próprios blogs. Os blogueiros desses sites são membros das equipes de campanha, pagos para escrever sobre as declarações e as atividades de seus candidatos. Por outro lado, milhares de blogueiros independentes redigem comentários em apoio aos seus candidatos favoritos e participam de debates com outros blogueiros oponentes.

A veiculação de vídeo em sites, como o YouTube, propiciou oportunidades e preparou armadilhas para as campanhas políticas. Os candidatos se aproveitaram da tecnologia para produzir vídeos, às vezes humorísticos, sobre si mesmos. Em outras ocasiões, candidatos foram surpreendidos em momento de descontração dizendo ou fazendo algo que não diriam ou fariam



Cada vez mais, a internet é usada para levantar fundos e chamar a atenção para candidatos praticamente sem chance de vencer. Um candidato congressista de Ohio (à direita) e seu diretor de comunicações (à esquerda) posam mostrando sua página de blogue

perante uma platéia em geral — e tiveram sua gafe mostrada inúmeras vezes na internet e na televisão.

ELEIÇÕES PARA O CONGRESSO

As eleições para o Congresso dos EUA podem ser tão importantes e competitivas quanto as eleições para presidente. Isso se deve ao papel central que o Congresso desempenha na elaboração das leis.

Ao contrário do sistema parlamentarista, onde o chefe do Executivo vem do Parlamento, o sistema americano, conforme observado, separa o Legislativo da Presidência. Presidentes e legisladores são eleitos separadamente. Embora um presidente em exercício possa propor leis, elas devem ser elaboradas no Congresso por seus aliados dentro da instituição e por ela aprovadas antes de voltar para assinatura do presidente. A Câmara dos Deputados e o Senado, tanto sob o ponto de vista legal quanto político, não estão sujeitos à vontade do presidente.

No âmbito do Congresso, a disciplina partidária é menos observada no sistema americano do que nos sistemas parlamentaristas. É muito fácil para os membros do Congresso votar nas políticas de sua preferência, inclusive nas que julgam ser melhores para sua reeleição. Em conseqüência, os líderes do Congresso precisam reunir, membro a membro, uma coalizão vencedora, em vez de contar com apoio automático de partidos muito disciplinados. Isso dificulta cada vitória legislativa no Congresso. Portanto, as eleições para o Congresso são



O democrata Sheldon Whitehouse comemora sua eleição para senador dos EUA por Rhode Island. Tanto senadores quanto deputados detêm poder significativo

importantes para a nação, uma vez que a instituição e cada um de seus membros são poderosos e de difícil previsão.

Diferenças entre a Câmara dos Deputados e o Senado

A Câmara dos Deputados e o Senado têm quase os mesmos poderes, mas a forma de eleição para cada um é bem diferente. Os fundadores da República Americana pretendiam que os membros da Câmara dos Deputados fossem pessoas próximas do público, refletindo os desejos e as ambições do povo. Por isso, projetaram

uma Câmara dos Deputados relativamente grande para acomodar muitos membros de pequenos distritos legislativos e para ter eleições freqüentes (a cada dois anos). Originalmente, o mandato de dois anos era considerado por alguns muito longo. Na época do transporte a cavalo, um mandato de dois anos em Washington poderia manter um congressista longe de seus eleitores por dois anos. Atualmente, a preocupação é que eleições a cada dois anos forcem os congressistas a voar de volta aos seus distritos quase todos os fins de semana para reforçar o apoio político.

Cada cadeira na Câmara representa uma única base eleitoral geográfica e, como mencionado antes, cada membro é eleito como representante único daquele distrito pela regra da pluralidade. A cada um dos 50 estados é garantida no mínimo



A presidente da Câmara dos Deputados, Nancy Pelosi, (à esquerda) toma o juramento de posse de duas irmãs, Linda (ao centro) e Loretta Sánchez, ambas eleitas para a Câmara pela Califórnia



A Câmara Alta do Congresso, o Senado, foi projetada pelos fundadores para ser uma força conservadora e estabilizadora. Aqui, os 100 senadores posam para fotografia

uma cadeira na Câmara, e o restante é destinado aos estados de acordo com o tamanho da população. O Alasca, por exemplo, tem uma população muito pequena e por isso possui apenas uma cadeira na Câmara. A Califórnia é o estado mais populoso e mantém 53 cadeiras. Após cada censo decenal, o número de cadeiras designadas a um estado é recalculado para considerar as mudanças demográficas nos últimos dez anos, e os legislativos estaduais redistribuem os distritos congressionais dentro dos estados para refletir mudanças no número de cadeiras a eles destinadas ou o deslocamento da população dentro do estado.

O Senado foi concebido para que seus membros representassem bases eleitorais maiores — o estado todo — e para propiciar representação igual a todos os estados, independentemente de sua população. Assim, estados pequenos possuem tanta influência (dois senadores) no Senado quanto os estados maiores.

Os senadores eram a princípio escolhidos pelos legislativos estaduais. Somente após a 17a Emenda à Constituição em 1913 os senadores começaram a ser escolhidos diretamente pelos eleitores de seu estado. Cada estado tem dois senadores eleitos para mandatos escalonados de seis anos, com um terço das cadeiras do Senado concorrendo à reeleição a cada dois anos. Um senador é escolhido por pluralidade de votos do eleitorado do estado.

Lealdade ao partido ou à pessoa

No passado, as eleições para o Congresso tendiam a ser “centradas no partido”, uma vez que muitos eleitores eram fiéis a um ou outro partido político e a tendência era votar para o Congresso de acordo com a orientação partidária. As personalidades e os desempenhos individuais dos eleitos raramente resultavam em maior ou menor apoio por parte dos eleitores. Nas últimas décadas, as opiniões e personalidades dos candidatos tornaram-se mais importantes na política eleitoral e diminuíram um pouco a importância da lealdade ao partido.

Na verdade, desde a década de 1960 as eleições nacionais ficaram cada vez mais centradas nos candidatos. O crescimento da mídia e da internet, a importância da captação agressiva de

recursos para as campanhas, as pesquisas constantes de opinião pública e outros aspectos da campanha moderna tornaram o eleitor mais consciente do candidato como indivíduo. Em função disso, os eleitores procuram pesar os pontos fortes e fracos do candidato, bem como a lealdade ao partido, para decidir a quem dar apoio. O estabelecimento da educação pública em base ampla no começo do século 20 e da educação superior após a Segunda Guerra Mundial também tornou os eleitores mais confiantes em seu próprio julgamento e menos dependentes das indicações do partido sobre a escolha do voto.

Esse contexto de eleições centradas no candidato beneficia bastante os membros do Congresso que querem se reeleger, com taxas de reeleição bem acima de 90%. Isso se deve em parte à insípida cobertura do Congresso pela mídia e, em particular, à cobertura feita pela mídia local de membros individuais de seus estados ou distritos congressionais. Com essa exposição à mídia, em geral favorável, e o envolvimento diário com questões de política pública — e indivíduos e grupos que buscam influenciar a política — os candidatos à reeleição também tendem a levantar quantias de dinheiro muito maiores para suas campanhas. Por essas e outras razões, candidatos que concorrem à reeleição têm toda a chance de vencer, não importa o partido ao qual pertençam.

PESQUISAS DE OPINIÃO E SEUS ANALISTAS

Embora não façam parte das normas e leis que regem a política eleitoral, as pesquisas de opinião pública tornaram-se parte essencial do processo eleitoral nas últimas décadas. Muitos candidatos políticos contratam especialistas e fazem várias pesquisas. As pesquisas de opinião informam os candidatos sobre como estão sendo percebidos em relação a seus concorrentes e quais as questões predominantes na mente dos eleitores. A mídia — jornais, televisão — também realiza pesquisas de opinião e as divulga (juntamente com resultados de pesquisas realizadas por instituições privadas) para dar aos cidadãos uma idéia de como estão suas preferências quanto a candidatos, assuntos e políticas em relação às preferências dos outros.

Há cinqüenta anos, o campo de pesquisas de opinião pública era dominado apenas por uma ou duas organizações de grande porte. Hoje em dia, na era das notícias instantâneas, da internet, dos canais a cabo de notícias 24 horas, inúmeras fontes informam regularmente os resultados das pesquisas.

Pesquisas na história

Atualmente, pesquisas constantes de opinião pública realizadas por analistas particulares e competentes tornaram-se corriqueiras para os candidatos de forma individual, bem como para autoridades governamentais de alto escalão, como o presidente,

que desejam saber para que lado os ventos políticos estão soprando. Contudo, pesquisas independentes encomendadas pela mídia são mais comuns na história dos EUA.

Embora a primeira pesquisa política tenha sido realizada em 1824 pelo jornal local de Harrisburg, na Pensilvânia, as pesquisas independentes não eram objeto de grande interesse para a cobertura das campanhas políticas pela mídia até os anos 1930. Nos anos 1970, as três principais agências de notícias das redes de televisão americanas (ABC, CBS e NBC) divulgaram suas próprias pesquisas durante as disputas presidenciais e, daí por diante, em importantes eleições estaduais para governador e para o Congresso dos EUA.



Lee Miringoff do Instituto de Opinião Pública da Faculdade Marista supervisiona atividade de pesquisa de opinião



Mark Penn, principal estrategista e analista da candidata democrata à Presidência Hillary Clinton, conversa com jornalistas após debate em janeiro de 2008

Modernas pesquisas da mídia — como as realizadas por uma rede de TV de notícias em parceria com um jornal (por exemplo, CBS e *New York Times*, ABC e *Washington Post*, NBC e *Wall Street Journal*) — são feitas com frequência e podem avaliar a opinião pública sobre candidatos e questões em base semanal ou diária. Elas são bem elaboradas para ser imparciais e independentes. Ao longo das

décadas, as pesquisas políticas independentes ofereceram uma visão objetiva das disputas eleitorais, uma avaliação dos pontos fortes e fracos de cada candidato e uma análise dos grupos demográficos que apóiam cada candidato. Essas pesquisas independentes possibilitam a repórteres e editores elaborar e divulgar avaliações honestas sobre a situação de uma campanha e dar aos eleitores uma idéia melhor do cenário político.

Tamanho e composição da amostra

Às vezes são realizadas pesquisas da noite para o dia após um evento importante como o discurso anual do presidente sobre o Estado da União ou um debate entre candidatos a um cargo político. Geralmente essas pesquisas são realizadas em uma noite

para publicação no dia seguinte e representam uma amostra de apenas 500 pessoas adultas da nação.

Embora essas “pesquisas de uma noite” possam oferecer um quadro rápido da reação pública, especialistas acreditam que uma amostra de 500 cidadãos é pequena demais para avaliações consistentes em uma nação com mais de 300 milhões de pessoas. Muitos profissionais preferem entrevistar pelo menos mil eleitores para fornecer uma amostra representativa de toda a população. Mesmo as pesquisas mais completas dão margem à interpretação, e há inúmeros exemplos de candidatos que passaram de relativa obscuridade para grande popularidade, contrariando as tendências sugeridas pelas pesquisas iniciais.

As primeiras pesquisas podem apresentar uma riqueza de dados que vai além da indicação dos candidatos que estão à frente na disputa eleitoral. Elas podem revelar a preocupação com assuntos atuais e retratar a disposição geral do público. Como disse um analista, “as pesquisas simplesmente acrescentam ciência àquilo que os candidatos vêem e o povo sente — satisfação, ressentimento, raiva, frustração, confiança — ou até mesmo desespero”. Tanto resultados de pesquisas particulares quanto públicas, portanto, ajudam os candidatos a definir a mensagem mais comunicativa a ser enfatizada ao mesmo tempo enfocar questões para setores do público.

Pesquisas de boca-de-urna

Pesquisas de boca-de-urna (pesquisas feitas por redes de televisão à medida que os eleitores deixam os locais de



Eleitores na zona rural da Pensilvânia (inclusive membros da comunidade Amish) entram e saem de um local de votação

votação) estão presentes nas eleições dos EUA desde os anos 1970. Argumenta-se também que essas são as pesquisas mais controversas, porque dão às redes de TV meios de prever vitórias eleitorais baseadas em entrevistas com pessoas que acabaram de votar. As pesquisas de boca-de-urna ficaram especialmente malvistas nas eleições presidenciais dos EUA de 2000, quando foram usadas de maneira equivocada pelas redes de televisão para fazer não apenas uma, mas duas projeções incorretas sobre o vencedor escolhido pelos eleitores na Flórida. A pressão para anunciar a projeção primeiro superou a pressão para anunciar a



Eleitores deixam local de votação na Virgínia Ocidental. Esse grupo de pastores foi votar contra medida que amplia a legalização do jogo

projeção correta.

Entretanto, as pesquisas de boca-de-urna, quando utilizadas de forma apropriada, podem ser um instrumento fundamental para os pesquisadores, a imprensa e os acadêmicos. Acima e além de seu uso questionável na projeção antecipada dos vencedores no dia da eleição, elas fornecem a especialistas e cientistas políticos detalhes de como determinados grupos demográficos votaram e as razões explicitadas para seu voto.

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS

A legislação federal determina como os candidatos aos cargos federais de presidente, senador e deputado — e alguns de

seus aliados políticos — podem arrecadar recursos, bem como de quem e em que quantias. As leis federais de financiamento de campanhas são independentes das leis estaduais, que regulamentam as eleições para cargos estaduais e locais.

No sistema americano, os candidatos a presidente levantam centenas de milhões de dólares para uma campanha dirigida a uma nação de mais de 100 milhões de eleitores. Embora em muitos casos a captação de recursos provenha de fontes privadas, o processo pelo qual eles arrecadam e gastam o dinheiro é fortemente regulamentado.

Os candidatos a presidente precisam estabelecer uma organização de campanha, chamada comitê político. Esse comitê deve ter um tesoureiro e ser registrado na Comissão Eleitoral Federal (FEC). Apesar do nome, a FEC apenas supervisiona e fiscaliza o cumprimento das leis de financiamento das campanhas; ela não conduz de fato as eleições. (O processo de registro de eleitores, a condução da votação e a contagem dos votos é responsabilidade de funcionários eleitorais estaduais e locais.)

Vários tipos de comitês políticos são registrados na FEC. Além dos candidatos, os partidos políticos precisam registrar seus comitês nessa agência. Ademais, qualquer grupo privado de cidadãos pode formar um comitê político. Por exemplo, grupos de pessoas de empresas, sindicatos trabalhistas e associações comerciais muitas vezes formam tais comitês (embora a utilização de fundos da tesouraria das empresas ou dos sindicatos trabalhistas seja proibida). Esses comitês políticos são muitas vezes denominados CAPs, ou comitês de ação política, e também



O político nova-iorquino Andrew Cuomo (centro) conversa com correligionários em evento para arrecadação de recursos durante sua campanha para governador

precisam ser registrados na FEC. Uma vez registrados, os comitês políticos podem começar a captar recursos de campanha. Tais recursos, assim como os gastos, são relatados à FEC trimestral ou mensalmente.

Os relatórios

também podem ser preenchidos em formato eletrônico e ficam à disposição do público no site da FEC [www.fec.gov]. Diversas organizações privadas também mantêm sites para monitorar as contribuições e os gastos de candidatos, partidos políticos e CAPs. A razão disso é facilitar a tarefa da imprensa e dos eleitores de saber que grupos estão dando dinheiro a que candidatos e a que causas. Há limites legais para o valor que cada cidadão e comitê pode dar a seus candidatos preferidos. Da mesma forma, um candidato a presidente com necessidade de levantar centenas de milhões de dólares para sua campanha presidencial precisará tentar encontrar milhares de contribuintes.

Para fazer campanha a cargo público, o candidato precisa contratar auxiliares; providenciar o espaço apropriado para os serviços de escritório e viagens; realizar pesquisas;



O senador republicano John McCain empenhou-se muito na tentativa de reformar o sistema de financiamento das campanhas. Ainda está em discussão uma reforma satisfatória

candidatos a presidente têm a gigantesca tarefa de organizar suas campanhas primárias em cada estado e então, se indicados, em toda a nação.

emitir declarações de posicionamento; pôr anúncios no rádio, na televisão, em publicações e na internet; e fazer muitas aparições públicas e eventos para captação de recursos. O candidato à Câmara dos Deputados baseará essas atividades no seu distrito congressional específico, ao passo que o candidato ao Senado fará o mesmo em todo o estado. (Os deputados e senadores podem também organizar eventos específicos para captação de recursos em qualquer outro lugar, como Washington, D.C.). Os



Os comitês de ação política podem fazer lobby e captar recursos de todas as maneiras. Podem telefonar para mobilizar eleitores...

Financiamento público

Desde 1976, é permitido aos candidatos presidenciais participar de um sistema de financiamento público. Até as eleições de 2000, todos os candidatos indicados para presidente participavam desse sistema recebendo recursos governamentais em troca da promessa de não gastar mais do que um valor determinado. No entanto, esse sistema tornou-se cada vez menos atraente para os candidatos porque o limite imposto para gastos é considerado muito baixo — e inferior aos valores que os principais candidatos podem captar com facilidade de fontes privadas. Conseqüentemente, muitos dos principais candidatos preferem



... ou organizar festas para captação de recursos em galerias de arte ou outros lugares

abrir mão do financiamento público.

Os gastos crescem invariavelmente de uma eleição para outra. Além dos gastos do candidato, os partidos políticos, os CAPs e outros grupos de interesse despenderão dinheiro para influenciar as eleições. Um desdobramento recente do afunilamento do dinheiro para eleições, por exemplo, é a “organização política 527”, assim chamada por causa de uma cláusula do código tributário dos EUA. Esses grupos são organizados basicamente com a finalidade de influenciar a seleção, indicação, eleição ou nomeação de um indivíduo a um cargo público federal, estadual ou local. As organizações políticas 527, como a MoveOn e a Swiftboat Veterans for Truth, não são regulamentadas pela Comissão Eleitoral Federal,

nem por uma comissão eleitoral estadual, tampouco estão sujeitas aos mesmos limites de contribuição das CAPs. Os críticos a esses grupos e a outros semelhantes afirmam há muito tempo que os altos gastos das eleições nos EUA, combinados com a dependência de fontes privadas para recursos, levantam a suspeita de influência indevida de doadores abastados e de grupos de interesse poderosos nas políticas públicas.

As reformas propostas têm recebido crítica dos que consideram as despesas com eleições compatíveis com os custos de bens e serviços na economia atual. Nesse sentido, os gastos com as eleições são vistos como o preço a ser pago pela democracia em troca da competição eleitoral, e as grandes contribuições e gastos dos grupos de interesse, a expressão contemporânea do duradouro pluralismo dos Estados Unidos. É difícil comprovar qualquer ligação específica entre doações de grupos de interesse e política governamental. Os tribunais também questionam se restrições adicionais às doações e despesas de campanhas poderiam limitar indevidamente o direito dos doadores, protegido pela constituição, à liberdade de expressão na arena política. Dada a imensa despesa das campanhas modernas, determinados indivíduos extremamente ricos simplesmente financiam suas próprias campanhas a um cargo público — não há regra contra isso. Às vezes eles ganham, às vezes não.

PROCEDIMENTOS DAS ELEIÇÕES NOS EUA

Millhares de administradores de eleições são responsáveis pela organização e controle das eleições dos EUA, incluindo a tabulação e a certificação dos resultados. Esses funcionários exercem um conjunto de tarefas complexo e importante — definição das datas exatas das eleições, certificação da elegibilidade dos candidatos, registro dos eleitores qualificados e preparação das listas de eleitores, seleção dos dispositivos para votação, modelo das cédulas, organização de uma grande força-tarefa temporária para administrar a votação no dia da eleição e, depois, tabulação dos votos e certificação dos resultados.

Embora a maioria dos resultados das eleições nos EUA não seja especialmente apertada, às vezes há disputas em que a vitória se deu com margem muito estreita ou em que o resultado é contestado. O resultado da eleição presidencial nos EUA em 2000 — a prolongada disputa para determinar o vencedor na eleição presidencial mais apertada da história dos EUA — expôs os americanos a várias dessas questões administrativas pela primeira vez.

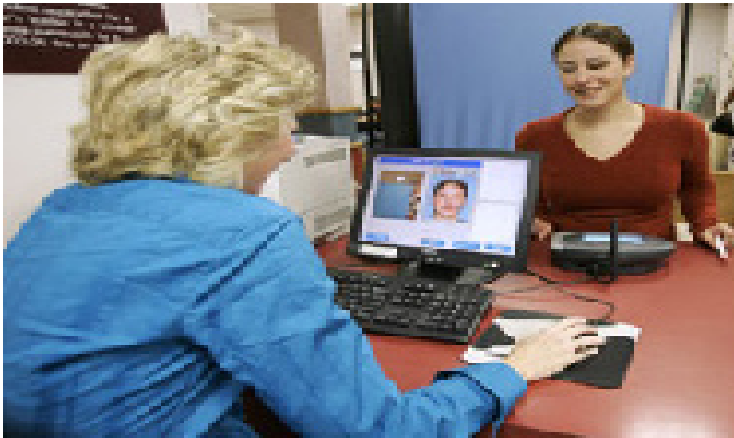
Nos Estados Unidos, a votação é um processo de duas etapas. Não há uma lista nacional de eleitores qualificados, dessa maneira um cidadão precisa primeiro se qualificar, registrando-se. Os cidadãos registram-se para votar no local em que moram; caso se mudem para outro lugar, devem se registrar outra vez no novo endereço. Os sistemas de registro foram projetados para eliminar fraudes, mas os procedimentos para registrar eleitores variam



Funcionária encarregada das eleições exibe novo dispositivo para votação em Austin, Texas

de estado para estado. No passado, os procedimentos seletivos para registro foram usados para desencorajar certos cidadãos — principalmente afro-americanos do Sul — a participar das eleições. Recentemente, a tendência é facilitar os requisitos para registro. Por exemplo, a Lei Nacional de Registro do Eleitor de 1993 permite aos cidadãos registrarem-se como eleitores no momento da renovação da carteira de motorista emitida pelo estado.

Uma das mais importantes funções dos funcionários eleitorais é assegurar que todas as pessoas qualificadas para votar constem das listas de registro, e que as não qualificadas não estejam incluídas. Em geral, os funcionários eleitorais locais pecam mais por deixar pessoas nas listas mesmo que elas não tenham votado



Jovem em Rhode Island inscreve-se ao mesmo tempo para tirar a carteira de motorista e fazer o registro de eleitor

nas últimas eleições, do que por eliminar eleitores potencialmente qualificados. Quando pessoas cujos nomes não estão nas listas comparecem ao local de votação, elas recebem uma cédula provisória para votar. Em seguida, sua qualificação é analisada antes que seus votos sejam contados.

Administração das eleições

Como vimos, nos Estados Unidos uma eleição, mesmo uma eleição para cargo federal, é uma tarefa administrativa realizada em âmbito local. E, como foi observado, administradores eleitorais — normalmente funcionários ou oficiais de justiça do condado

ou da cidade — têm uma tarefa gigantesca. Não somente são responsáveis por registrar eleitores durante todo o ano e por definir quem está qualificado para votar em determinada eleição — como também devem especificar o modelo das cédulas para cada eleição, assegurar-se de que todos os candidatos certificados estejam relacionados e que todas as questões a serem decididas estejam corretamente redigidas. Além disso, devem tentar fazer com que a cédula seja o mais simples e clara possível.

Atualmente, não há um padrão nacional para o modelo das cédulas. De acordo com a Lei do Direito ao Voto, funcionários eleitorais podem ter que providenciar cédulas em vários idiomas (se uma porcentagem da população não tiver o inglês como primeira língua). Em algumas jurisdições, a ordem dos candidatos e dos partidos na cédula deve ser definida aleatoriamente. Por fim, os funcionários eleitorais locais devem selecionar os equipamentos de votação específicos a serem usados, e as cédulas devem adequar-se a esses dispositivos.

Nos intervalos entre as eleições, esses funcionários são responsáveis pela armazenagem e manutenção dos dispositivos de votação. Além disso, uma de suas tarefas mais difíceis é contratar e treinar uma grande equipe temporária para uma longa jornada de trabalho (normalmente de 10 a 15 horas) no dia da eleição.

Natureza da votação

Portanto, um certo esforço é destinado para a preparação imparcial, legal e profissional das eleições. Visto que os



Eleitores esperam pacientemente para votar devido a uma falha no equipamento de votação, cidade de Nova York, 2004

equipamentos e as cédulas em geral são comprados pelos funcionários no âmbito local, o tipo e a condição do equipamento que os eleitores usam muitas vezes estão relacionados com a situação socioeconômica e a base tributária da localidade. Uma vez que a receita tributária local também financia escolas, serviços da polícia e do corpo de bombeiros, bem como instalações de recreação e parques, freqüentemente, pouca prioridade é dada aos investimentos para tecnologia de votação.

Nos Estados Unidos, encontra-se à disposição uma ampla variedade de dispositivos de votação, e o cenário das tecnologias de votação muda constantemente. Na atualidade, são muito poucos os lugares em que a votação é feita com cédulas de papel marcadas

com um “X” ao lado do nome do candidato, como ocorria no passado, mas vários sistemas computadorizados ainda dependem de cédulas de papel sobre as quais círculos são preenchidos ou linhas são interligadas. Essas cédulas em seguida são escaneadas de forma mecânica para registrar os votos; esse equipamento é conhecido como sistema de leitura óptica.

Algumas jurisdições ainda utilizam máquinas “de alavanca”, nas quais os eleitores movem uma pequena alavanca ao lado do nome dos candidatos de sua preferência ou ao lado de uma questão que apóiam. Outro dispositivo muito comum é a máquina “perfuradora”. A cédula de votação é um cartão onde orifícios ou perfurações são feitas ao lado do nome do candidato, ou um cartão que é inserido em um suporte que o alinha com uma imagem da cédula e, depois, são feitas as perfurações. Esse é o modelo de cédula que causou controvérsia na contagem dos votos na eleição presidencial de 2000, na Flórida. Como resultado dessa situação, muitas jurisdições eliminaram os dispositivos do tipo máquina “perfuradora”. A Lei para Auxiliar os Americanos a Votar providenciou recursos voluntários para que as jurisdições substituíssem seus sistemas de votação com base em máquinas “de alavanca” e “perfuradoras”.

A tendência atual é a adoção de dispositivos de registro eletrônico direto (DRE) com telas sensíveis ao toque, semelhantes às dos caixas automáticos dos bancos. Especialistas em segurança estão trabalhando para aperfeiçoar esses sistemas e resolver problemas de segurança.

Uma mudança significativa na votação nos últimos anos foi a

adoção de procedimentos para fornecer as cédulas aos eleitores antes da eleição. Essa tendência iniciou-se com medidas adotadas para emissão de cédulas a eleitores ausentes, emitidas para aqueles que declaram antecipadamente que não estarão em casa (e em seu local de votação) no dia da eleição. Alguns estados e jurisdições locais liberaram essa medida de forma gradual, permitindo que os cidadãos se registrassem como “eleitores ausentes permanentes”, e passaram a enviar uma cédula à sua residência com regularidade. Oregon realiza eleições inteiramente via correio, mas é o único estado a fazer isso no momento. Eleitores ausentes em geral devolvem suas cédulas preenchidas pelo correio.

Outra medida nova é a “votação antecipada”, na qual as máquinas de votação são instaladas em shoppings ou outros espaços públicos com antecedência de até três semanas do dia da eleição. Os cidadãos podem passar lá e votar conforme sua conveniência.

Apuração dos votos

A apuração dos votos é feita no dia da eleição. Embora estejam se tornando mais populares, as cédulas antecipadas não são contadas até iniciar-se a apuração após o fechamento das urnas, para que nenhuma informação oficial acerca de quem está à frente ou atrás seja divulgada. Informações antecipadas sobre os resultados do pleito poderiam afetar os estágios finais da eleição.

O movimento de reforma

Uma das claras lições da eleição presidencial de 2000 foi que os problemas relativos à administração da eleição, à votação e à apuração dos votos constatados na Flórida poderiam ter ocorrido até certo ponto em qualquer jurisdição dos Estados Unidos. Vários estudos foram encomendados, e realizou-se uma série de mesas-redondas com especialistas, concluindo-se pela necessidade de reformas.

Em 2002, o Congresso aprovou a Lei para Auxiliar os Americanos a Votar (Help America Vote Act – HAVA), que inclui vários itens notáveis. Primeiro, o governo federal ofereceu verbas aos estados e localidades para a substituição das máquinas de votação “de alavanca” e “perfuradora” obsoletas. Segundo, criou-se uma Comissão Auxiliar para Eleições com vistas a prestar assistência técnica aos funcionários administrativos eleitorais locais e estabelecer normas para os dispositivos de votação. O portfólio da Comissão inclui a criação de programas de pesquisa para estudar as máquinas de votação e o modelo da cédula, métodos de registro, métodos para votação provisória e para impedir fraudes, procedimentos para recrutar e treinar trabalhadores para a eleição e programas educacionais para os eleitores, entre outras questões.

A HAVA representa uma mudança significativa na limitação do envolvimento federal naquilo que tem sido historicamente uma questão administrativa local. Mas esse esforço para

reformular os procedimentos ajudou a reafirmar a confiança que os americanos depositam em seu sistema eleitoral. E os custos envolvidos são pequenos quando se considera que as eleições representam o fundamento legitimador de uma democracia.

- apa: ©Jupiterimages Corp.2007. Introdução:
Ted S. Warren/AP Images
2:Gerald Weaver/AP Images
3:Joseph Kaczmarek/AP Images
4:Tetona Dunlap/AP Images
6:J. Scott Applewhite/AP Images
7:Gina Gayle/AP Images
9: Hun Cole/AP Images
11: Divisão de Impresses e Fotografias, Biblioteca do Congresso [LOC]
13: Gerald Herbert/AP Images
15: Nati Harnik/AP Images
16: Ted S. Wareen/AP Images
18: Jim Cole/AP Images
19: Daniel K. Akaka/AP Images
21: Pat Sullivan/AP Images
23: Mario Tama/AP Images
24: © CORBIS
25: AP Images
26: Andy Kuno/AP Images
28: © Bettmann/CORBIS
29: Paula Merritt/The Meridian Star/ © AP Images
30: Elise Amendola/AP Images
32: Ron Schwane/© AP Images
35: Brian Snyder/© Reuters
36: Susan Walsh/AP Images
37: Escritório de História do Senado dos EUA
41: Jim McKnight/AP Images
42: Divisão de Impresses e Fotografias, LOC
44: Carolyn Kaster/AP Images
45: Jeff Gentner
46: Erik Freeland/CORBIS SABA
47: Terry Ashe/AP Images
48: Andy Kropa/The New York Times/Redux Pictures
49: G. Paul Burnnet/The New York Times/ Redux Pictures
52: Harry Cabluck/AP Images
53: Robert E. Klein/AP Images
55: Bebetto Matthews/AP Images
- Redator-chefe - George Clack
Editora executiva - Mildred Solá Neely |
Editor - Paul Malamud
Redator - Guy Olson
Ilustração da capa - Min-Chih Yao
Pesquisa fotográfica - Maggie Johnson Sliker
Programadora visual - Sylvia Scott
Editores consultores: Kevin Coleman e R. Sam Garrett